

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 05/05

Está prevista sessão deliberativa do Congresso Nacional para apreciação de vetos.

**Resultado:** Sessão cancelada.

### SENADO FEDERAL

Plenário – 03 e 04/05

As sessões deliberativas no Plenário do Senado desta semana ocorrerão na terça e quarta-feira. Dentre as principais proposições a serem votadas, destacam-se entre outros:

- PEC 69/2019, que acrescenta o inciso X ao art. 170 da Constituição Federal, para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica;
- PLP 60/2022, que reabre o prazo para os Municípios entregarem a declaração de renúncia de direitos contra a União decorrentes do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 176/2020;
- PL 5026/2019, que altera a Lei nº 12.852/2013, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude;
- PLP 275/2019, que declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da
- PL 4059/2021, que altera a Lei nº 12.232/2010 (Lei de Licitações de Publicidade), para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.

É prevista ainda a leitura da MP 1076/2021, que institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Medida Provisória nº 1.061/2021, de relatoria do Senador Roberto Rocha; e o PL 316/2021 (Deputado Aureo Ribeiro): Altera a Lei nº 8.137/1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo e o Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

**Resultado:** Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (4) a medida provisória que garante de forma permanente o valor mínimo de R\$ 400 para as famílias beneficiárias do Auxílio Brasil (MP 1.076/2021). Com o resultado, o Executivo passará a desembolsar cerca de R\$ 90 bilhões anuais com o programa. O texto da MP foi modificado pela Câmara dos Deputados e, com isso, segue para sanção presidencial. O Senado não fez novas mudanças.

Inicialmente, a proposta do governo federal previa esse piso somente até dezembro de 2022, mas o substitutivo aprovado institui o “benefício extraordinário”, uma espécie de complemento ao valor do Auxílio Brasil de forma permanente. Sem o benefício extraordinário para completar o valor mínimo de R\$ 400, o Auxílio Brasil teria um tiquete médio de R\$ 224.

O Senado também aprovou o PLP 275/2019, que declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas como “de relevante interesse público da União”. O projeto também prevê indenização para as comunidades indígenas afetadas. A autorização do projeto é geral, mas uma das intenções é destravar a extensão a Roraima do Linhão de Tucuruí, integrando o estado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O texto segue agora para a Câmara dos Deputados.

As demais proposições também destacadas acima foram aprovadas, à exceção dos PL 5.026/2019, PL 4.059/2021 e PL 316/2021, que foram retirados de pauta pelo presidente Rodrigo Pacheco e tiveram sua votação adiada.

Foi aprovada em extrapauta a PEC 9/2022, que estabelece piso salarial aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. O Congresso Nacional promulgou a PEC nesta quinta-feira (5), como a Emenda Constitucional 120.

Também foi aprovado o PL 5.466/2019, que troca a nomenclatura do “Dia do índio” para instituir o “Dia dos Povos Indígenas”. O PL, que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, segue para sanção presidencial.

|   |
|---|
| <b>Comissão de Constituição e Justiça – 04/05 – 10h</b> |
|---|

**ITEM 02 - PEC 32/2021**, que altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar.

O relator, senador Weverton (PDT/MA), apresentou parecer favorável à proposta.

**Resultado:** Aprovado na CCJ. O texto segue para análise no Plenário do Senado em dois turnos.

**ITEM 04 – PL 5284/2020**, que altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

O relator, senador Weverton (PDT/MA), ainda não apresentou parecer à proposta.

**Resultado:** O relator, senador Weverton, apresentou seu parecer à matéria, pela aprovação do texto com duas emendas de redação. O projeto foi aprovado e agora segue para análise do Plenário do Senado.

**Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei para  
atualização da Lei do Impeachment – 06/05 – 11h**

Está prevista uma reunião de trabalho a fim de debater sugestões dos membros para anteprojeto de atualização da Lei nº 1.079, de 1950 (Lei do Impeachment).

**Resultado:** A nova Lei do Impeachment deve incluir as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os ritos do processo definidos durante os julgamentos dos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff. A informação foi confirmada nesta sexta-feira (6) durante reunião da comissão de juristas criada para atualizar a Lei do Impeachment (Lei 1.079, de 1950). Além de incluir a jurisprudência aplicada nos dois processos, a nova lei terá um texto simplificado que valerá para todas as autoridades federais e estaduais.

O conselheiro do CNJ e ex-secretário-geral da Mesa do Senado Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho foi o responsável por reunir as sugestões dos membros da comissão e apresentar uma minuta do anteprojeto, que ainda não foi divulgada.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Plenário – 03 a 05/05 – Sessão deliberativa**

É aguardada a Leitura das seguintes Medidas Provisórias, que depois de serem lidas, passarão a sobrestar a pauta:

- MP 1.079/2021, que dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback;
- MP 1.080/2021, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências;

- MP 1.081/2021, que autoriza o Poder Executivo Federal a doar imunizantes contra a covid-19 a outros países em caráter de cooperação humanitária internacional.;
- MP 1.085/2021, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP);
- MP 1.090/2021, que estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES);
- MP 1.093/2021, que dispõe sobre a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social;
- MP 1.094/2021, que dispõe sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações que menciona;
- MP 1.099/2022, que institui o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- PL1.360-A/2021, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
- PL 4.251/2021, que institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER);
- PL 3.125/2021, que responsabiliza civilmente o agente que provocar acidente com dolo ou culpa e que esteja sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que altera a capacidade de discernimento.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 1085/2021, que estabelece novas regras para o registro de títulos em cartórios, disciplinando um sistema eletrônico desses registros com conexão entre todos os escritórios do País. A matéria será enviada ao Senado.

Após um acordo em plenário sugerido pelo presidente Arthur Lira (PP-AL), o texto original foi aprovado e os temas propostos nas emendas poderão ser trabalhados pelo Senado e também na votação do PL 4188/21, do Executivo, sobre garantias de empréstimos, que deverá ser votado a partir do dia 17 deste mês.

Foi deliberada a MP 1075/2021, (dispõe sobre o Programa Universidade para Todos - Prouni), que havia sofrido alterações no Senado Federal; e as MPs 1081/2021, 1094/2021, 1079/2021 e 1085/2021.

Também foram aprovados os seguintes projetos de lei e seguem para sanção presidencial: o PL 1360/2021, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente; e o PL 2564/2020, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem. Por fim, foi aprovado e segue para análise no Senado o PL 7922/2014, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos dos Servidores da Defensoria Pública da União, fixando os valores de suas remunerações.

|  |
|--|
| <b>GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 03/05 – 10h – Plenário 10</b> |
|--|

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "d" do Roteiro de Trabalho.  
Título VIII (Da Prova) - art. 194 a 320. (Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO) – Relator.

Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

**Resultado:** Os dispositivos apresentados, bem como as emendas lá sugeridas foram todos aprovados, com exceção à emenda relativa ao caput do art. 197 do CPP que foi rejeitada.

Para acessar a última consolidação divulgada nesta semana, com a inclusão do art. 194 a 231, [clique aqui.](#)

**Comissão de Esporte – 03/05 – 13h – Plenário 04**

**ITEM 01 – PL 549/2019**, que altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva. (Apensado: PL 346/2020).

A relatora, Deputada Celina Leão (PL/DF), apresentou parecer pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL nº 346/2020, apensado.

**Resultado: Não deliberado.**

**Comissão de Constituição e Justiça – 03/05, às 13h e 04/05, às 9h – Plenário  
01**

**PL 2365/2019**, que veda a redução equitativa de honorários sucumbenciais quando a causa possuir valor líquido ou liquidável, e dá outras providências.

O relator, Deputado Fábio Trad (PSD/MS), apresentou redação final à matéria.

**Resultado: Aprovada a Redação Final.**

**PL 433/2021**, que cria uma nova hipótese de estelionato qualificado para o enfrentamento de emergência de saúde pública.

O relator, Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

**Resultado: Não deliberado.**

**PL 9424/2017**, que concede o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro efetivo de servidores penitenciários.

O relator, Deputado Delegado Pablo (PSL/AM), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

**Resultado: Não deliberado.**

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 03/05 –**

**1 4 h – Plenário 06**

**ITEM 01 – PL 3.161/2021**, que dispõe sobre o exercício da profissão de detetive profissional e regulamenta a profissão (Apensado: PL 3432/2021).

O relator, Deputado Luis Miranda (DEM/DF), apresentou parecer pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3432/2021, apensado.

**Resultado: Não deliberado.**

**ITEM 02 – PL 6.354/2019**, que concede tratamento penal mais rígido a crimes relacionados com o porte de arma de fogo.

O relator, Deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

**Resultado: Não deliberado.**

**ITEM 03 – PL 3.440/2021**, que institui uma causa de aumento de pena quando o crime for praticado contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela.

O relator, Deputado Sargento Fahur (PSD/PR), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com emenda.

**Resultado: Aprovado o parecer do relator. A matéria segue para análise na CCJ.**

**ITEM 04 – PL 1.898/2019**, que estabelece a perda da autorização de porte de arma de fogo se o portador ingerir bebida alcoólica ou fizer uso de substância psicoativa que determine dependência.

O relator, Deputado Marcel Van Hatten (NOVO/RS), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

**Resultado: Não deliberado.**

**ITEM 6 – PL 8.063/2017**, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para proibir a utilização de policiamento militar em eventos privados.

A relatora, Deputada Major Fabiana (PSL/RJ), apresentou parecer pela rejeição da matéria.



**Resultado:** Não deliberado.

**ITEM 12 – PL 5.417/2020**, que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências.

O relator, Deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

**Resultado:** Não deliberado.

|   |
|---|
| <b>Comissão de Educação – 04/05 – 09h - Plenário 10</b> |
|---|

**ITEM 14 – PL 2.100/2011**, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema de vigilância eletrônica nas escolas públicas em todo território nacional e dá outras providências". (Apensados: PL 2904/2011, PL 5540/2013, PL 627/2019, PL 7040/2014, PL 7415/2014, PL 3539/2015, PL 500/2015, PL 2780/2015, PL 1460/2019, PL 1725/2019, PL 3341/2019, PL 3569/2019 e PL 2058/2019).

O relator, Deputado Dr. Jaziel (PL/CE), apresentou parecer pela aprovação da matéria, dos apensados, com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**ITEM 15 – PL 708/2015**, que estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências. (Apensados: PL 2965/2015, PL 1813/2019, PL 3286/2019, PL 3037/2015, PL 3425/2019, PL 8299/2017, PL 947/2019, PL 1755/2019, PL 4756/2019 e PL 4464/2019).

A relatora, Deputada Prof. Dayane Pimentel (PSL/BA), apresentou parecer pela aprovação da matéria e dos apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CSPCCO, com três Subemendas.

**Resultado:** Não deliberado.

**ITEM 16 – PL 2.111/2015**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação do representante do Ministério Público local para o fechamento de escolas do campo, quando o fechamento for definitivo ou se der por prazo superior a um mês.

O relator, Deputado José Ricardo (PT-AM), apresentou parecer pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela CDHM.

**Resultado:** Não deliberado.

**ITEM 27 – PL 1.906/2021**, que prevê a doação dos aparelhos telefônicos apreendidos dentro dos estabelecimentos prisionais a alunos da rede pública de ensino. (Apensados: PL 2285/2021, PL 2843/2021 e PL 3522/2021).

O relator, Deputado Prof. Israel Batista (Podemos/DF), apresentou parecer pela aprovação da matéria e dos apensados, com substitutivo.

**Resultado:** Aprovado o parecer do relator. A matéria segue para análise da CSPCCO.

**Comissão de Minas e Energia – 04/05 – 10h - Plenário 14**

**ITEM 10 – PL 2.945/2021**, que dispõe sobre medidas de proteção complementar às pessoas que vivem no entorno de empreendimentos minerários a partir da vedação de exploração mineral em áreas nas quais tenha havido deslocamento forçado de pessoas devido a suposto ou efetivo risco de acidente ou desastre causado por extravasamento ou rompimento iminente ou consumado de barragem de rejeitos e/ou água.

O relator, Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

**Resultado:** Não deliberado.

**Comissão Externa destinada a acompanhar e fiscalizar a repactuação do Acordo referente ao rompimento da Barragem do Fundão – 06/05 – 14h – Belo Horizonte**

Visita técnica ao Procurador da República em Minas Gerais, Carlos Bruno Ferreira da Silva, para tratar de assuntos relacionados à repactuação do acordo com a Samarco e sua repercussão sobre os atingidos, além da participação dos atingidos e entidades representativas nas tratativas do acordo.

**Resultado:** Reunião realizada.